Militar ameaçou fechar Assembléia

Brandão Monteiro denuncia e diz que Fernando Henrique omitiu



Dedo em riste, a moralista Mena Barreto ataca os artistas no Salão Verde

Esquerda acha que Leônidas fez encenação

Os partidos de esquerda decidiram ontem por unanimidade, sempre ressal-tando que o artigo é da Comissão Afonso Arinos, delender o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, no que diz respeito ao papel das Forças Armadas, que teria provocado a manifestação de descontentamento do ministro do Exército, Leônidas Pires, com o an-damento da Assembléia Nacional Constituinte.

Convencidos de que a manifestação do ministro do Exército foi mais um jogo de cena do que propriamente a caracterização de uma crise politico-militar, os integrantes do grupo responsável pelas questões que envolvem os militares na Constituinte resolveram suprimir do substitutivo, através de emendas, o Conselho de Defesa Nacional e o Estado de Defesa. Inovaram ao permitir que os militares se filiem a partidos

Com a participação do Movimento de Unidade Progressista, os partidos de esquerda se reuniram no Centro Cultural Missionário, para tentar concluir a unificação das emendas que apresentarão ao substitutivo de Bernardo Cabral. Não conseguiram, já que algumas questões, como reforma agrária, ainda exigiam discussões, embora apenas sobre pontos es-

pecíficos O líder do PDT, Brandão Monteiro, disse que "na reforma agrária não temos grandes divergências com o projeto do Bernardo Cabral, e devemos fazer apenas emendas pontuais" Um dos pontos em discussão é a possibilidade de conversão da divida, de título para dinheiro, o que, de acordo com Roberto Freire (PCB) e José Genoino (PT), inviabilizaria o Plano Nacional de reforma

A questão da anistia, o bloco de esquerda deixou para fechar hoje, porque pretende ainda tentar um consenso entre os oficiais, que querem a reintegracão, e os cabos, soldados e marinheiros, ainda não

anistiados Os partidos de esquerda estão convencidos que a questão da anistia foi usada como cortina de fumaça para camuflar a pressão dos militares à Constituinte, já que, argumentam, "o texto, como está, não anistia ninguém, a não ser o cabo Anselmo'

Sobre o sistema de gover- presidencialismo ou parlamentarismo questão vai ficar em aberto, por uma razão simples: não há acordo entre os partidos integrantes do bloco de esquerda: o PT e o PDT são presidencialistas; o PSB, os partidos comunistas e parte do MUP são

parlamentaristas. No capítulo das eleições, há consenso de que um novo presidente da República deve ser eleito no ano que vem. Discute-se, apenas, se as eleicões se realizarão em 15 de novembro; seis meses após a promulgação da Constituição, como propõe, o PT; ou 120 dias depois de promulgado o novo

texto constitucional. Ponto de aceitação unânime foi a supressão do voto distrital, assegurando-se o voto proporcional. De acordo com o deputado Brandão Monteiro, ganhava força no bloco de esquerda a tendência pela realização de eleições ge-rais, depois de promulgada a Constituição brasileira.

O bloco de esquerda, apesar de não concluído o seu trabalho de unificação de emendas, enviou ontem à noite uma representação para discutir com o grupo interpartidário, de Eucli-des Scalco, e o grupo dos

32, do senador José Richa. Somente hoje os partidos de esquerda concluirão, com uma grande reunião plenária, o esforço de unificação de emendas, que deverão englobar 30 temas. Dai, partirão para o recolhimento de assinaturas e para o trabalho de convencimento, favorável às suas

Puritana grita pela moral. Os artistas vaiam

 Pornográficos, vocês estão destruindo as nossas crianças!

Louca, louca! Pornografia é mordo-

Abaixo a televisão, abaixo a televisão, corruptora das nossas crianças, das nossas famílias...

Foi um bate-boca feio, em pleno salão verde do Congresso Nacional, entre o plenário e o gabinete da presidência da Câmara dos Deputados. De um lado, dezenas de artistas que vieram à Constituinte pedir o fim da censura prevista no projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Do outro, solitária, a lobista puritana Maria Cora Mena Barreto, que se diz presidente da Sociedade de Filósofos Católi-

Dedo em riste e aos gritos, Maria Cora acusava os artistas de falta de ética e de pornográficos. Espantados de início, eles passa-ram a revidar com vaias e gargalhadas. Maria Cora ficou ainda mais nervosa e chamou de maluco um excombatente da FEB que lhe pediu calma. Ganhou outro adversário, que tam"vagabundas de tal marca" como as verdadeiras responsáveis pela corrupcão familiar.

"O que ela quer é aparecer", gritavam os artistas. "Ela tem o direito de defender a causa dela", ten-tava conciliar um outro. Os seguranças se aproxima-ram mas não chegaram a

A lobista já é conhecida entre os parlamentares e os funcionários da Constituinte, onde, desde o início dos trabalhos, ela tem comprado muita briga em nome da família, da moral e dos bons costumes.

Ela já esteve em incidentes nas reuniões de subcomissões e comissões temáticas enfrentando grupos feministas, depois de escândalos semelhantes. Quando deixava, sob protestos, o salão verde, um repórter ainda tentou argumentar: "a senhora não está querendo esconder a realidade das crianças?"

"Mostrar a realidade como se mostra para as crianças na TV é como jogar cem litros de água em cima de uma plantinha nova", arrematou, descontro-

fechar a Assembléia Nacional Constituinte caso fosse concedida a anistia aos cassados. Em reunião com os partidos de esquerda, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) alertou os deputados sobre esta ameaça. A denúncia foi feita ontem na sessão da Câmara pelo líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), que acusou o senador de dizer "inverdades" à im-prensa, evitando repetir a advertência das Forças Armadas. Para o pedetista, o texto até agora não tem nada de radical nem de esquerdista. Quanto ao papel das Forças Armadas, ele diz que foi escrito à luz de Afonso Arinos, "e não tenho notícias de que ele seja esquerdista", completou.

Na mesma sessão, o deputado José Genoino (PT/SP) voltou a afirmar que o relator Bernardo Cabral não adotou qualquer proposta esquerdista em relação ao papel das For-ças Armadas. "Esta nova situação criada diante da Assembléia Nacional Conscom realismo suficiente para se chegar à questão de fundo que aflora nesta crise, entre a Constituinte e o Governo Sarney", disse. Esta questão, segundo o vice-lider petista, é a discussão da função constitucional das Forças Arma-Para Brandão Monteiro, "a crise brasileira sempre

tituinte deve ser discutida

friamente, mas encarada

se dá no nível do militarismo muito mais pelas cas-sandras que percorrem os quartéis buscando intraquilidade. Estes agentes, segundo afirmou são mais os políticos, os civis, os parlamentares que propria-mente os militares. O líder do PDT fez esta introdução para chegar a enfocar a reunião em que o senador Fernando Henrique Cardoso teria alertado sobre o golpe militar contra Constituinte. O objetivo dos constituintes de esquerda era discutir suas propostas em torno da anistia e do papel das Forças Armadas..

DIFERENCA Genoino lembrou ao plenário que de 40 Constituições que leu nos últimos dias, de países como Dinamarca, França, Inglaterra e Canadá, é de competência das Forças Armadas a defesa da Pátria. O substi-tutivo de Cabral, além de incluir este item, subordina a atuação dos militares aos poderes constitucionais. "Isto não tem nada de esquerda, de ressentimento, de revanchismo ou de socialismo", ressaltou Genoino. "O que nós discutimos é a diferença entre o poder armado e o poder civil, que é muito grande", acrescentou.

Nesta discussão, nin-guém está contra as Forcas Armadas, como salien-tou Brandão Monteiro. "É preciso restabelecer esta verdade", enfatizou, lembrando ainda que quando se faz uma Constituição "o que se quer é o império da Lei". Neste sentido, o lider do PDT diz ser imprescindível que as instituições militares fiquem subordinadas à Lei, pois se não são contra os militares, são contra o militarismo.

quer tumultuar

Senador:

"0 Brandão está queren-do tumultuar". Foi desta forma que o senador Fernando Henrique Cardoso, lider do PMDB no Senado, reagiu ao discurso proferi-do ontem pelo deputado Brandão Monteiro, onde atribuiu ao senador paulista a informação de que as Forças Armadas estariam dispostas a intervir caso o projeto constitucional contemplasse a anistia ampla, geral e irrestrita.

Segundo Cardoso, na reunião que manteve com os partidos de esquerda na véspera da apresentação do substitutivo, em ne-nhum momento transmitiu, mesmo de forma implicita, qualquer tipo de ameaça militar. Até por-que, garante o senador, ele não chegou a discutir o problema da anistia com os ministros militares: "O que tivemos, Bernardo Cabral e eu, foi uma conversa com o presidente da República a respeito do sistema de Governo. Nada mais".

O lider peemedebista garantiu, ainda, que desconhece a existência de qualquer acordo prévio em torno do tema entre o relator

da Constituinte e o ministro Leônidas Pires Gonçalves. Presente à reunião minis-terial durante a qual o ministro do Exército teria considerado ''inaceitá-veis'' os termos do projeto constitucional, ele voltou a minimizar a importância do pronunciamento: "O mi-nistro limitou-se a falar so-bre os dispositivos que gerarão despesas, já que o objetivo da reunião era justamente discutir o déficit público. Ao contrário do que se publicou, ele não utilizou

DOIS TEMAS

uma vez sequer a palavra "traição" referindo-se ao

relator.

De acordo com a versão fornecida pelo senador para o encontro com as esquerdas, onde Brandão Monteiro afirma que ele serviu de intermediário para a ameaça de fechamento da Constituinte, a questão da anistia nem chegou a ser objeto de maiores polêmicas. Os lideres esquer-distas, garante Fernando Henrique, concordaram com os termos propostos pelo relator Bernardo Cabral para o assunto.

Discussão mesmo houve no momento em que se analisava as atribuições constitucionais das Forças Armadas. Naquela ocasião, véspera da apresentação do substitutivo, o texto de Cabral ainda não previa a submissão dos militares aos "poderes consti-tuidos", sem a autorização dos quais não poderiam defender a "ordem constitu-cional".

As esquerdas insistiam na formaulação que terminou sendo adotada pelo re lator. Já Fernando Henrique defendia mudanças como a abertura da possibili dade de intervenção militar para assegurar o cumprimento das leis nos Estados. Sempre, pelo menos segundo garantiu, mediante solicitação do poder ci-

"As minhas colocações foram feitas em çaráter estritamente pessoal. Não fiz qualquer ameaça em nome de ninguém, até porque não havia tido nenhum encontro com ministros milita-res", acrescentou o lider peemedebista, para con-cluir com a observação de que "o Brandão está querendo è tumultuar"

Teatro e TV pedem o fim da censura

censes movimentaram on-Constituinte, numa verda-deira batalha "corpo-a-corpo" pelo fita da censura, respeito às caracteristicas regionais da cultura e democratização dos meios de comunicação. Durante toda a tarde eles fizeram contatos com vários constituintes, conseguindo inclusive que muitos deles subscrevessem emendas que já levaram redigidas.

Calçando chinelos e com a gravata sobre uma camiseta sem colarinho, Plinio Marcos, autor de peças teatrais e de telenovelas, disse que a vinda dos artistas a Brasilia tem o objetivo de mobilizar também o povo para pressionar os politicos, que na opinião dele têm três marchas: "devagar, devagarinho e quase parando". Plinio acha fundamental a luta pela liberdade total de expressão, "pois sem ela continuará havendo torturas e o povo sendo governado por decretos". A noite, fechando a programação de ontem, eles promoveram um "showmicio" no Gran Cir-co Lar, pertecente ao go-verno do Distrito Federal e montado na Esplanada dos Ministérios, próximo ao Congresso Nacional.

Hoje, os artistas pretendem repetir a "via sacra" de ontem, tentando, inicialmente, um contato com o senador Mário Covas (PMDB-SP). Eles avaliaram que os resultados de ontem foram muito bons, mas não estão iludidos com a aparente facilidade com que suas reivindicações fo-

Os artistas de teatro, te-lenovelas e até mesmo cir-mentares visitados. Sabem que principalmente com relação à censura o 'lobby'' dos evangélicos é muito forte. Praticamente todas as 12 emendas que trouxeram na sacola já en-contraram "padrinhos", no primeiro dia de atuação. Os artistas estavam também acompanhados por diretores da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), principal defensora da criação do Conselho Nacional de Comunicação.

Lélia Abramo, artista de teatro e de televisão, com seus 76 anos de idade e postura de uma dama, foi um dos personagens mais fortes da história vivida pelos artistas no Congresso. Foi ela quem abordou o presidente Ulysses Guimarães, quando este deixou seu gabinete, dizendo-se bastante apressado para uma visita marcada com o ministro Bresser Pereira:

"O povo brasileiro, disse Lélia, está suficientemente maduro para saber esco-lher o que ele quer ler ou . Ulysses encarou a velha artista, que entre seus companheiros é carinhosamente chamada de a "guerreira", acenando com a cabeça de forma positiva e garantindo o seu apoio.

Também com o deputado Bernardo Cabral, respon-sável pela redação dos textos dos projetos da Consti-tuição, o saldo da visita dos artistas foi considerado positivo. Ele pediu-lhes que assim que suas emendas fossem subscritas pelos constituintes podiam procurá-lo novamente, pa-ra passar-lhe as cópias das sugestões.

Cafeteira: O povo deve ser consultado

São Luis — O governador Epitácio Cafeteira, um defensor intransigente do presidencialismo, disse ontem que se os parlamentares quiserem, através da Constituinte, mudar o regime politico vigente no Pais, terão a obrigação moral de convocar um plebiscito nacional para saber se o povo deseja essa mudança de costume. Ele não admite que se faça mudanças tão profundas sem antes con-

sultar o povo a respeito. Em sua opinião, o plebiscito é o caminho mais lógico e democrático para a Constituinte, caso a idéia do parlamentarismo vigore. Os deputados e senadores estão pratiçando uma espécie de traição contra o povo, pois jamais abordaram essa questão durante a campanha eleitoral. Disse ainda que considera interessante uma mobilização de todos os governadores no sentido de abortar o parlamentarismo proposto no texto do relator Bernardo Cabral.

 Até para o Pais negociar sua divida externa, que é um dos maiores problemas a ser resolvido, encontrará barreiras num regime parlamentarista, onde o chefe do Governo pode ser mudado a qualquer momento, caso sua politica não seja do agrado do Parlamento — explicou Epitácio Cafeteira.

Brandão reproduz o diálogo

Não dá para alterar a proposta porque esse negócio da anistia já está fechado com os mili-

Fernando Henrique: É isso mesmo. Não dá para mexer na proposta. Vocês não sabem, mas esta Casa esteve ameaçada de ser fechada nas últimas 48 horas.

Foram estas as declarações do deputado Bernardo Cabral e do sena-

dor Fernando Henrique Cardoso, segundo o deputado Brandão Monteiro, na reunião com os partidos de esquerda na véspe-ra da apresentação do substitutivo, quando se discutiu a proposta de anistia adotada por Cabral. "E a minha palavra contra a dele. Na reunião, outras pessoas, como o Genoino, também ouviram", reagiu o deputado Brandão Monteiro ao tomar conhecimento de que

tes, havia desmentido todas as suas afirmações. "Eu falei e está registra-do nos anais da Constituinte". disse Brandão, repetindo as palavras de Fernando Henrique e Bernardo Cabral na reunião. Ao contrário do que afirma Brandão Monteiro, Fernando Henrique diz que em momento algum falou em ameaça por parte dos militares.

Ampliar anistia seria injustiça, diz militar

tros companheiros em con-

dições de serem escolhidos

para este posto teriam que

um instrumento militar exige continuidade e muito

preparo, e esses militares

cassados estão há muito

tempo totalmente afasta-dos da atividade", obser-

Ainda segundo o infor-

mante, os militares não

aprovam o parlamentaris-

mo como sistema de gover-

"E preciso lembrar que

ser prejudicados?

vou a fonte.

Da Editoria de Política

Mais do que por questões políticas ou ideológicas que reconhecidamente provocariam um desconforto no meio militar - a anistia aos cassados proposta no anteprojeto do relator da comissão de sistematiza-ção, Bernardo Cabral, é rejeitada pelas Forças Armadas por "uma questão de justiça", garantiu, ontem, uma importante fonte militar do Governo.

"Muitos foram cassados por pederastia, deslealdade, indisciplina e até por desonestidade comprovada. A grande maioria desses cassados conseguiu refazer a vida fora da caserna, e muitos, inclusive, ganham mais dinheiro na iniciativa privada do que se estivessem na ativa. Portanto, como é possível agora, tantos anos depois, permitir a reintegração desses cassados?" questionou a fonte, ao justificar a posição dos militares, contrária à anistia.

EXPLICAÇÃO

Continuando sua explicação, o militar observou que a anistia aos militares cassados resultaria, em últi-ma análise, na concessão indevida de benefícios a um contingente em detrimento de outro que permaneceu exemplarmente nas Forças Armadas. E deu

um exemplo concreto: Como resolver, por

exemplo, o caso do coronel

Rui Moreira Lima, cassado

antes de ter sido escolhido

como brigadeiro, e que

agora reivindica a reinte-

no por entender que o Brasil teria que ser um Estado unitário e não Federalista, porque o país necessita de um presidente forte - embora também de um Legislativo influente e atuante e um Judiciário aparelhado para suas funções — pois

assim haveria mais condições de atuar para o desenvolvimento de determinada região, como o Nordeste e a Amazônia, ou para séria espalhados por todo o país. Mas, fez questão de

esclarecer a fonte militar: "Neste caso os militares não se posicionarão contra. Trata-se de um problema da área política". E acrescentou: "E um caso bem diferente daquele referente a anistia dos militares cassados, que não aceitaremos por hipótese alguma"

Outro ponto rejeitado pelo setor militar é o referen-te à alteração da competência da Policia Federal. No anteprojeto, o relator Bernardo Cabral transfere o combate ao contrabando, por exemplo, à Receita Federal. "A Competência da Policia Federal já está definida na atual Constituição e não pode ser alterada" entende a fonte que, no entanto, acredita que ao final "os constituintes se deixarão levar pelo bom senso e não serem manipulados por uma minoria radical"

Relator não crê em acordo

relator da Comis-são de Sistematizacão, Bernardo Ca-bral, disse ontem que não haverá acordo em torno da anistia na Assembléia Nacional Constituinte, porque, argumentou, "há uma área radical, que quer anistia em tudo, e há uma outra área, na qual me incluo, que quer anis-tia no que for possivel". O deputado Bernardo

Cabral foi chamado ontem a participar de uma reunião na casa de Ulysses Guimarães, Peninsula dos Ministros, juntamente com os lide-

res do PMDB no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, o senador José Richa e o deputado José O relator da Comissão

de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, se defendeu ontem, durante a sessão da Câmara, de acusações feitas através de editorial do **Jornal do** Brasil, de que teria traido um acordo feito com os militares sobre anistia. Segundo ele, não houve traição porque não exis-